

# PALÁCIO ANCHIETA (VITÓRIA-ES-BR): QUESTÕES TIPO-MORFOLÓGICAS E DE PAISAGEM<sup>1</sup>

DIAS, Fabiano Vieira<sup>2</sup>; CAMPOS, Martha Machado<sup>3</sup>.

## RESUMO

Este artigo aborda um dos exemplares da arquitetura jesuítica no Estado do Espírito Santo, situado na cidade de Vitória, capital e núcleo urbano original da colonização portuguesa neste Estado. A instalação da Ordem missionária dos jesuítas na antiga Vila da Vitória no séc. XVI, por meio de sua igreja dedicada à São Tiago e do colégio anexo, indica a presença de uma arquitetura religiosa lusitana cuja tipologia influenciou a configuração da morfologia da cidade – caracterizando esta arquitetura como um tipo-morfológico - e, por conseguinte, condicionou a construção de sua paisagem urbana secular. Entende-se que o complexo jesuítico da antiga Igreja e Residência de São Tiago, atual Palácio Anchieta, sede governamental e edifício cultural capixaba pode ter sua arquitetura reconhecida por meio de abordagem histórica e teórica articulada por três grandes narrativas: a tipologia, a morfologia e a paisagem dos lugares de gênese colonial, portanto partícipes da organização espacial urbana brasileira desde a colonização da América portuguesa e parte constituinte da historiografia relativa à técnica da construção religiosa luso-brasileira no Estado do Espírito Santo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Palácio Anchieta, Tipo-morfologia, Paisagem.

## ABSTRACT

This article discusses one of the examples of Jesuit architecture in the State of Espírito Santo, situated in the city of Vitória, capital and original urban core of

---

<sup>1</sup> Este trabalho resulta de estudos desenvolvidos no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFES, no âmbito da pesquisa *Paisagem, arquitetura e cidade: fundamentação e análise*, com coordenação da Professora Doutora Martha Machado Campos e participação de Fabiano Vieira Dias, ambos autores deste artigo. Fabiano Vieira Dias desenvolve a dissertação de mestrado intitulada *Pátios de fé e poder: tipologia, morfologia e paisagem no Palácio Anchieta (Vitória-ES)* com orientação da Professora Doutora Martha Machado Campos.

<sup>2</sup> Arquiteto-Urbanista, Especialista em Construção Sustentável (IPOG), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Professor das Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ-ES), [fabiano@urbearquitetonica.com.br](mailto:fabiano@urbearquitetonica.com.br)

<sup>3</sup> Arquiteta-Urbanista, Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, 2004), Docente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFES, [marthamcampos@hotmail.com](mailto:marthamcampos@hotmail.com)

Portuguese colonization in this state. The installation of the missionary order of Jesuits in the former Village of Vitória in the century XVI, through its church dedicated to São Tiago and the school annex, indicates the presence of a religious lusitanian architecture, typology which influenced the configuration of the city's morphology - featuring this architecture as a morphological-type - and therefore conditioned building its secular urban landscape. It is understood that the complex of the former Jesuit Church and Home of São Tiago, current Anchieta Palace, seat of government and cultural building capixaba may have its architecture recognized through historical and theoretical approach articulated by three major narratives: the typology, morphology and landscape of colonial genesis of places; so participants in the urban spatial organization in Brazil since Portuguese colonization of America and a constituent part of the historiography on the technique of Luso-Brazilian religious building in the State of Espírito Santo.

**KEYWORDS:** Anchieta Palace, Morphological-type, Landscape.

## 1. INTRODUÇÃO

A edificação jesuítica do antigo Colégio e Residência de São Tiago, atual sede do Palácio Anchieta, situada em Vitória - capital do Espírito Santo (BR) - constitui um dos exemplares arquitetônicos que a Ordem missionária dos jesuítas implantou em terras brasileiras<sup>4</sup>. Seus edifícios religiosos, principalmente os conjuntos arquitetônicos voltados para a catequese e o ensino, não se definiam apenas por sua arquitetura, mas, sobretudo, como estruturas urbanas que fizeram parte ou deram início a vários núcleos urbanos brasileiros (SOUZA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 168).

A presença desse exemplar de arquitetura originária jesuítica está diretamente ligada à chegada dos portugueses na então capitania do Espírito Santo. As missões jesuíticas brasileiras aportam com os primeiros donatários e sua missão de colonizar terras virgens, introduzir e disseminar entre os povos nativos, o cristianismo por meio da Igreja Católica. Para Patetta, ao citar Alois Riegl, o nascimento da Companhia de Jesus vem de encontro à política contra-reformista da Igreja Católica, em sua luta político-religiosa contra o avanço do

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que a fixação jesuítica em terras capixabas não se limitou ao exemplar analisado neste artigo. Além da Igreja e Colégio de São Tiago, destaca-se a Igreja e Residência de Reis Magos, localizada em Nova Almeida no município de Serra; os aldeamentos de São João, na Serra; e o de Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari; ambos com igreja e residência; e o de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta. De todas listadas, somente a de Reis Magos mantém-se praticamente fiel ao seu estágio original e com suas edificações completas. No restante, se encontram em ruínas ou sofreram grandes modificações, tal como o complexo jesuítico de São Tiago, transformado arquiteturalmente em Palácio governamental do Estado do Espírito Santo. Além do colégio e residências, os jesuítas ainda possuíram três fazendas, que desapareceram por completo (CARVALHO, 1982).

protestantismo sobre o mundo cristão e, sobretudo no novo mundo descoberto pelas grandes navegações, iniciadas no final do séc. XV (PATETTA, 2012, p. 390).

Os padres ligados à Ordem Jesuíta aportam no Brasil em 1549, vindos pela ainda jovem ordem religiosa da Companhia de Jesus (COSTA, 1941, p. 10), criada em 1540 pelo Padre Inácio de Loyola (PEDRO, 2008, p. 11), com a missão de catequizar o novo mundo recém-descoberto, visto ainda como não civilizado. A instalação em definitivo no Espírito Santo acontece somente em 1551, com a chegada do padre Afonso Brás na sede da capitania, a Vila de Nossa Senhora da Vitória, ou Vila da Vitória (CARVALHO, 1982, p. 37).

As implantações das construções jesuíticas, sempre que se permitiam, visavam lugares estratégicos sobre o solo a ser catequizado, independente da grande disponibilidade de terras nos primórdios da colonização brasileira: “era, portanto, necessário um local que, no início, estivesse protegido e situado nas proximidades dos brancos e dos índios” (CARVALHO, 1982, p. 25). Além disso, os lugares escolhidos para a construção de seus complexos religiosos eram definidos pela sua posição em relação ao entorno e, não menos importante, pela facilidade de deslocamento pelo território a ser catequizado (CARVALHO, 1982, p. 25).

Livres de obstáculos visuais, os lugares de implantação das edificações jesuíticas eram elevados e permitiam controle e domínio sobre as terras à sua volta, e expandiam as vistas que se conformavam em paisagens a partir do emoldurar da natureza ao redor, por meio das aberturas dos edifícios religiosos. Importante mencionar que expressão paisagem foi cunhada somente no século XVIII, no entanto, este trabalho busca reconhecer a paisagem sob duas chaves de leitura. Uma que considera o edifício jesuítico em si, como elemento de referência das paisagens narradas e representadas desde o Brasil colônia, e outra, que reconhece a paisagem por meio das aberturas das edificações jesuíticas que permitiam vistas do entorno, tais como portas e portais, janelas e pátios. Contudo, as edificações jesuíticas tinham sua forma de ocupação pautada primordialmente na segurança do clero e agregados, que viviam em torno da vida religiosa da Ordem; mas que era, ao mesmo tempo, a tradução da ocupação humana e estrangeira em terras virgens, criando, recriando e se apropriando continuamente da natureza circundante e ainda abundante naqueles tempos, como parte do cotidiano de atividades, tarefas e momentos de reclusão desta ordem religiosa.

## **2. QUESTÕES TIPO- MORFOLÓGICAS DA ARQUITETURA JESUÍTICA**

As origens jesuíticas do atual Palácio Anchieta remontam uma arquitetura marcada pela tipologia edilícia e urbana da Companhia de Jesus, que

necessitava de colégios, residências ou casas, anexos às igrejas, expressando tanto a fé e o poder de Roma como a proteção destes símbolos e seus representantes em terras hostis. Suas edificações, ao mesmo tempo em que eram nos termos de Patetta (2012, p. 392) “um novo tipo de palácio, nem privado, nem residencial”, eram também, no Brasil, segundo Carvalho (1982, p. 28), “fortalezas”. Estas edificações se desenvolviam tipicamente em torno de um pátio central, que conformava o seu desenho em quadra, dando-lhe uma caracterização dupla de arquitetura e forma urbana. Uma tipologia propagada nas construções jesuíticas brasileiras, na permanência da Ordem em terras brasileiras, entre os séc. XVI ao XVIII.

Este artigo propõe apresentar, por meio da análise tipológica da antiga Igreja e Residência de São Tiago (atual Palácio Anchieta), pautada em bibliografia de especialistas locais (ALMEIDA, 2009; CARVALHO, 1982; MARTINUZZO, 2009), as possibilidades de interação entre estudos tipológico, morfológico e de paisagem. Isto a partir da constatação defendida por arquitetos e historiadores italianos - iniciada na década de 1950 -, de que o tipo está intrinsecamente ligado à forma urbana, considerando a tipologia do edifício como parte da morfologia da cidade, portanto, integrante de sua estrutura urbana e, por corolário, como constituinte da construção da paisagem. Vale mencionar ainda que as análises da cidade que vinculam à relação entre tipologia arquitetônica e morfologia urbana tiveram amplo alcance durante aos anos 70 do século XX, sobretudo com a difusão teórica e prática de Aldo Rossi (1982), um dos arquitetos de maior destaque deste debate no campo disciplinar da arquitetura e urbanismo, e os textos fundamentais de Giulio Carlo Argan (2004), baseados em Quatremère de Quincy quanto à conceituação da terminologia do tipo<sup>5</sup>.

No estado do Espírito Santo, são distintas as construções históricas religiosas cuja análise tipológica e morfológica pode ser associada às transformações da ocupação de suas áreas de entorno ao longo do tempo. Interessa no âmbito deste trabalho, investigar o papel da tipologia no âmbito do Palácio Anchieta, relacionando-o a outras edificações religiosas jesuíticas de modo comparativo, sobretudo as que foram sendo reapropriadas de suas funções iniciais, acompanhando a mudança de uso das edificações que conformam a ocupação de suas áreas de entorno, de modo específico, bem como a base tecnológica de suas construções, de modo geral.

As origens tipológicas da arquitetura jesuítica brasileira remontam a criação da Ordem Jesuítica em sua necessidade de uma identidade religiosa, política, social, econômica e simbólica. Para tanto, a Ordem precisava de um referencial

---

<sup>5</sup> Em especial as publicações de Giulio Carlo Argan (**Projeto e Destino**. São Paulo: Editora Ática, 2004) e Aldo Rossi (**La arquitectura de La ciudad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 1982).

arquitetônico, ou referenciais, que fossem a expressão de sua doutrina e ideal de evangelização e pregação pelo mundo alcançado pelos seus padres. Esta nova Ordem não se prendia a estilos e teve no mosteiro medieval de Santo Antão, o Velho, em Lisboa, a sua primeira experiência arquitetônica, que foi doada pela Coroa Portuguesa em 1542 (CARVALHO, 1982, p. 23) (Figuras 1 e 2). Como sua primeira casa, nos termos de Carvalho, o antigo mosteiro foi a base para que a Ordem se estabelecesse em Portugal e junto com a construção do Colégio em Coimbra, obra posterior de 1548, fossem as referências construtivas para as futuras obras religiosas dos padres em terras brasileiras, segundo argumento do mesmo autor (CARVALHO, 1982, p. 23). Mas, foi com a construção em 1562 da Igreja de Gesù (Igreja de Jesus), em Roma, que a Companhia teve sua “igreja mãe” (PATETTA, 2012, p. 391).



Figura 1 – Inserção do Mosteiro de Santo Antão no tecido urbano de Lisboa. Fonte: Wikimapia. Disponível em <<http://wikimapia.org/3371719/pt/Convento-de-Santo-Ant%C3%A3o-o-Velho>>. Acessado em 17 jun. 2013.



Figura 2 – Vista do Mosteiro de Santo Antão em posição elevada em relação ao entorno. Fonte: Wiki Worldflicks. Disponível em <[http://wiki.worldflicks.org/convento\\_de\\_santo\\_antao\\_o\\_velho.html#](http://wiki.worldflicks.org/convento_de_santo_antao_o_velho.html#)>. Acessado em 17 jun. 2013.

Em suas experiências tipológicas, como explica Patetta (2012, p. 391-392), a Ordem Jesuítica teve em Gesù, projetada inicialmente por Vignola e concluída por della Porta (CAPITEL, 2005, p. 95), e posteriormente, na Igreja de San Fedele de Milão, de Pellegrino Tibaldi, sua tipologia originária de igrejas de planta com nave única e longitudinal: “segundo a escolha preeminente de toda a Igreja, por motivos litúrgicos funcionais” (PATETTA, 2012, p. 392). Nos termos do mesmo autor, a flexibilidade tipológica dos jesuítas foi além de adaptações estilísticas, pois cabiam em suas igrejas, composições espaciais com três naves ou planta centrada e casos de igrejas com plantas em cruz grega em uma “reposição do modelo bramantesco de São Pedro em Roma” (PATETTA, 2012, p. 392).

A igreja de Gesù (Figuras 3 e 4) com sua casa anexa e outros exemplares jesuítas, que por sua vez contavam com colégios anexos, foram tipologias edilícias estabelecidas pelos jesuítas nos núcleos urbanos, cujo uso atendia tanto as atividades de liturgias como as de ensino. Essa tipologia do complexo construtivo jesuítico se fez presente nos primeiros núcleos urbanos brasileiros aonde aportaram os jesuítas.

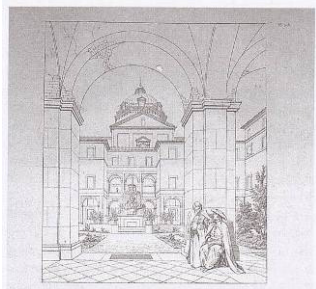


Figura 3 – Desenho de Paul Marie Letarouilly do pátio interno da igreja de Gesù, em Roma. Fonte: Capitel, 2005, p. 94.

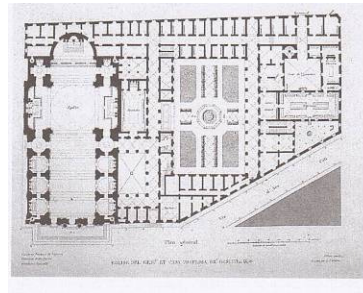


Figura 4 – Planta da igreja de Gesù e sua casa profesa, segundo Paul Marie Letarouilly. Fonte: Capitel, 2005, p. 94.

Em terras brasileiras, a Ordem dos Jesuítas se ocupou em estabelecer ou participar da criação de núcleos urbanos, tendo como base uma tipologia construtiva de proporções urbanas, composta, segundo Costa, pela construção em quadra (COSTA, 1941, p. 138) (Figura 5). Tipologia edilícia também adotada por outras ordens religiosas (COSTA, 1941, p. 139). A construção em quadra se configurava por edificações organizadas por usos e funções em torno de um pátio central. Essa disposição formava um polígono de quatro faces, que se propunha ser o mais regular possível, a partir das técnicas, da implantação, da disponibilidade de mão-de-obra e dos recursos locais existentes.

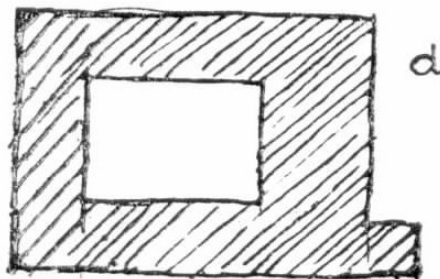


Figura 5 – Esquema da quadra jesuítica desenvolvida por Lucio Costa (1941). Ao centro, o pátio aberto. Fonte: Costa, 1941, p. 22.

Esta tipologia construtiva em torno de um pátio central, veio de encontro com as necessidades originais dos jesuítas, de estabelecer tanto um lugar protegido de apoio aos padres em suas incursões para o interior das capitanias, como garantir sua auto-suficiência. Isso por meio de suas oficinas, da cozinha, e dos dormitórios dentro da edificação, e da horta e do pomar na área da cerca externa, anexa ao complexo edificado.

A ideia da quadra nos jesuítas se notabilizou por constituir uma reminiscência da urbanística portuguesa, bem como da morfologia construtiva dos mosteiros cristãos da Idade Média, como explica Carvalho, já presente na arquitetura da Companhia desde a aquisição do mosteiro de Santo Antão, em Lisboa (CARVALHO, 1982, p. 23). A disposição das partes edificadas do complexo edilício jesuítico em torno do pátio, formando um quadrante edificado e aberto em seu centro, foi a tipologia que se propagou por suas construções, inclusive

no Brasil, adaptando-se à realidade da vida dura e perigosa dos primórdios da colônia:

(...) esse tipo de construção era muito próprio ao ambiente encontrado no Brasil, pois apresentava um aspecto de fortificação, com raras aberturas no andar térreo, além das portas de entrada (às vezes, uma em cada lado da quadra) e com liberdade no interior da quadra, onde se situava toda a movimentação dos trabalhos (CARVALHO, 1982, p. 24).

Uma análise tipológica inicial sobre a arquitetura jesuítica pode identificar algumas ordens de relevância de suas edificações. A arquitetura jesuítica apresenta desde seus primórdios uma flexibilidade estilística, ou como explica Patetta, “um experimentalismo tipológico” que se pode apontar como uma primeira ordem tipológica, diferenciando a Ordem Jesuítica de outras ao mesmo tempo em que a identifica perante a tipologia arquitetônica religiosa (PATETTA, 2012, p. 391). Outra ordem seria a da forma de se apresentar organizadamente e de se fazer representar perante o mundo através de seus edifícios, seja através das casas, colégios ou residências, anexas as suas igrejas. O tipo de edifício de ensino e sua igreja remetem à forma de ocupação espacial e urbana do território, seja dentro do núcleo urbano (da metrópole ou da colônia) através das casas e colégios, ou nos aldeamentos com as residências<sup>6</sup>.

Esta caracterização tipológica é marcada pela sua implantação em lugares estratégicos próximos de rios e/ou do mar e em posição elevada em relação ao entorno. Portanto, uma terceira ordem tipológica é o da implantação de suas edificações em quadra. Trata-se de tipologia urbano-arquitetônica que resolvia a distribuição interna de seus espaços de convívio comum, ao mesmo tempo em que remetia, historicamente, à própria tipologia da arquitetura religiosa em torno de pátios centrais, mesmo que na arquitetura jesuítica este pátio-claustro fosse voltado mais para os serviços e circulações internas do que a reclusão.

Uma quarta ordem seria a própria tipificação das plantas arquitetônicas das igrejas enviadas ao Brasil como modelos ideais, que se sujeitavam aos condicionantes locais, caracterizando-se assim como um elemento tipológico pela adaptabilidade de seus elementos compositivos, diferente de um modelo idealizado, rígido e inflexível. Segundo Patetta, por instituição da própria Companhia, pensando-se em resolver problemas “técnicos e econômicos nos lugares das obras, derivados da inexperiência” (PATETTA, 2012, p. 393), foram criadas seis plantas-tipo de igrejas adaptáveis o suficiente à adversidade de cada lugar, projetadas por De Rosis em 1580, para as novas construções da Companhia. São variações que remetem, em uma primeira análise, à planta da igreja de Gesù de Roma, com sua nave única longitudinal, mas que

---

<sup>6</sup> As diferenças se faziam pela localização das edificações no território, uma vez que sua função era praticamente a mesma, voltada ao ensino e a catequese. As edificações localizadas nos núcleos urbanos eram denominadas de *Casas*, abrigavam os novos padres que se aventuravam pelo interior do território. Também podiam ser denominadas de *Colégios* por ser o local central de disseminação e preparo dos novos padres. Nos aldeamentos, suas edificações eram denominadas de *Residências*, local de fixação das missões no interior do território, onde os índios catequizados se aglutinavam ao seu redor, em uma aldeia organizada aos moldes europeus.



demonstram a flexibilidade da Ordem Jesuítica em se adaptar as novidades e a expansão de seu mundo físico, religioso e filosófico dos limites até então conhecidos.

E por último, as características arquitetônicas de suas edificações que marcaram a imagem das primeiras vilas brasileiras e dos aldeamentos criados no interior do território pelos padres jesuítas. Lúcio Costa em seu texto histórico sobre a arquitetura jesuítica tipifica a arquitetura desta Ordem no Brasil, entre outras coisas, por meio de seus componentes arquitetônicos e métodos construtivos. Sua pesquisa historiográfica levantou uma série de elementos-tipo presentes na arquitetura das edificações religiosas jesuíticas brasileiras. No Brasil, esta arquitetura teve que se adaptar às circunstâncias locais de disponibilidade de material e de mão-de-obra, fato nada incomum para esta Ordem pautada pela sua facilidade de se adequar a estilos e lugares diversos.

Segundo Costa, além desta adaptabilidade, era parte doutrinária da Companhia de Jesus que suas obras se perpetuassem no tempo. O singelo não eximia suas construções da qualidade construtiva (COSTA, 1941, p. 132). As tipologias construtivas eram tanto uma reminiscência da cultura europeia construtiva como também uma adaptação às vicissitudes locais de cada obra (Figura 6). Assim, estão presentes nas obras jesuíticas grandes beirais para a proteção das fachadas, as grandes torres (uma ou duas dependendo da igreja) e suas coberturas (mais ou menos elaboradas) que faziam a interligação entre o prédio da igreja e do restante da quadra. Encontram-se ainda, os frontões retos, singelos elementos de arquitetura clássica presentes durante o barroco brasileiro, o pátio interno formado pela quadra e pela igreja, que somados e em conjunto, conformam, segundo Patetta, um aspecto muito apropriado à vida doutrinária dos padres e a representação de ordem perante o mundo caótico do lado de fora de seus muros (PATETTA, 2012, p. 392).

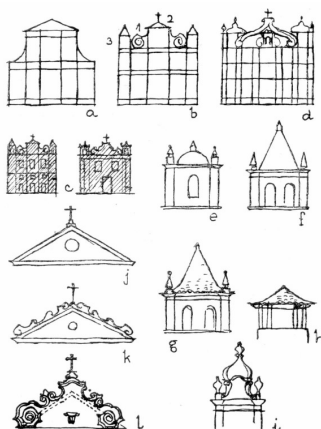


Figura 6 – Algumas das características tipológicas construtiva da arquitetura jesuítica em sua composição de fachadas, frontões, torres. Fonte: COSTA,1941, p. 34.

O Colégio e Igreja de São Tiago, atual Palácio Anchieta e as demais construções jesuíticas capixabas são exemplares que traduzem a história de ocupação dos jesuítas no Brasil. Estes grandes complexos e suas alterações construtivas ao longo da história representam parte importante da história da



colonização no Brasil por meio da inserção e atuação da religião católica. Além disso, sua importância para a história urbana do Espírito Santo ultrapassa o campo religioso específico por terem sido, nos termos de Carvalho (1982, p. 36), as maiores construções em área e altura existentes no Estado até os anos trinta do século XX (CARVALHO, 1982, p. 36).

### **3. QUESTÕES DE PAISAGEM E A ARQUITETURA JESUÍTICA**

Parte-se do pressuposto de que a paisagem não é natureza, e sim o território narrado e de percepção da interferência humana na natureza, em suas diversas escalas, significados e valores. A cidade pode remeter a forma histórica e indelével do homem existir sobre a natureza, de marcar e criar solidamente a história urbana como fato humano. A cidade como artefato histórico e legado humano torna-se paisagem somente quando recorta a natureza pelo olhar estetizante do homem do século XVIII. Leite aborda a paisagem, seus significados e valores pela dimensão da história e do tempo; caracteriza-a tanto como uma construção concreta – “um fato físico, objetivo e categorizável (...)” -, como um “processo criativo contínuo” (LEITE, 1991, p. 45). Portanto, para a autora, a paisagem não se apresenta fixa na história, mas, ao contrário, retroalimenta-se por esta e pela cultura que marca o momento histórico, seja por meio da construção cultural do indivíduo que descortina a paisagem, ou da coletividade, que se constrói culturalmente junto desta (LEITE, 1991, p. 45).

O reconhecimento do tipo e da paisagem ultrapassa a fisicalidade de ambos, contudo eles podem constituir materialidades tangíveis. A construção do tipo e da paisagem é uma tarefa cultural, variável no tempo e na história, de acordo com os valores cognitivos e processos técnicos, construtivos e de representação de cada sociedade. A diferença, segundo Leite, se encontra na efemeridade da existência da paisagem:

A paisagem ao contrário de outras artes, é efêmera. Seus princípios de organização, assim como os da arquitetura, da pintura, da música e da literatura, são constantemente questionados e modificados pela evolução da sociedade, e das ciências e das técnicas. Entretanto, essas outras formas de arte possuem um tipo de registro que permanece através dos tempos, o que não acontece com a paisagem que, ao assumir novas feições, anula as anteriores ou conserva delas apenas alguns vestígios (LEITE, 1991, p. 46).

Simmel apresenta uma diferenciação exata entre natureza e paisagem. Para o autor, a natureza deve ser entendida como a “unidade de um todo”, indivisível no tempo e no espaço, sem fronteiras e limites, sendo formada tanto por sua parte selvagem e natural, como “incluindo-se eventualmente as obras do homem que a ela se integram” (SIMMEL, 2008, p. 1). A passagem do homem pela natureza a modifica, transformando-a e transmutando-a aos seus

interesses. As edificações humanas mesmo “eventualmente” fazendo parte da natureza como propõe Simmel, não são o “natural”, mas a interferência artificial ou humana sobre a terra; suas paredes separam o exterior do interior; a natureza, do homem. A natureza é o lá, o outro lado do muro, a paisagem é o delimitado, o enquadrado sob o olhar momentâneo ou duradouro. A natureza fragmentada pelo olhar estetizado do homem é, segundo Simmel,

(...) representada como paisagem, reivindica um ser-por-si eventualmente ótico, eventualmente estético, eventualmente atmosférico, em suma, uma singularidade, um caráter que a separa da unidade indivisível da natureza, onde cada parte não pode ser senão um lugar de passagem para as forças universais do ser-ali (SIMMEL, 2008, p. 3).

A paisagem da cidade ou a paisagem urbana formada pela relação “entre sua forma e nós” escapa da noção da natureza idealizada como paisagem, para a concretude do tecido urbano que se moldou (ou emoldurou) pelas transformações arquitetônicas e espaciais resultantes da ação humana (CAUQUELIN, 2007, p. 149). Pode-se, portanto, associar o espaço urbano ao território de sua inserção; aquele espaço que circunda e define a cidade como resposta às influências humanas sobre a terra. Com isso, aproxima-se a forma urbana do seu “suporte geográfico” (LAMAS, 1992, p. 63).

Cada lugar ou sítio, como explica Lamas induz uma forma, e esta forma desenha a cidade e sua paisagem construída. Arquiteturas e espaços urbanos convergem para a construção de uma paisagem urbana, que toma da natureza elementos que a própria arquitetura emoldura ou se ressentem, nos dias atuais, na medida em que a arquitetura é tratada como um objeto independente em um lote descolado do tecido urbano, conclui o autor (LAMAS, 1992, p. 63).

Por ser também uma construção humana, a paisagem está atrelada à forma urbana, conforme Aragão, por meio “das características do sítio, do traçado, das construções, da existência ou não da vegetação, do parcelamento do solo, dos logradouros, das praças e parques” (ARAGÃO, 2006, p. 35).

Entendendo-se a cidade como centro da cultura humana, reflexo do desenvolvimento dos conhecimentos e relacionamentos humanos ao longo da história, pode-se reconhecê-la como centro de grandes narrativas da arquitetura e do urbanismo, a tipologia, a morfologia e a paisagem, todas caracterizadas como produtos culturais deste mesmo homem. Estas narrativas expõem, em maior ou menor medida, o passar do tempo, a qualidade e a forma do espaço e a paisagem que foi desenhada, transformada e resignificada pelas próprias transformações urbanas e de conteúdo da sociedade.

A importância da inclusão da paisagem como parte deste estudo se torna fundamental, por se considerar a paisagem, dentro o tipo e a morfologia, a narrativa que melhor articula os estudos da arquitetura e da cidade, indo além

do campo disciplinar restrito da arquitetura e urbanismo. Como explicou Leite anteriormente, a paisagem é por essência efêmera, muda constantemente conforme o conteúdo cultural vigente. Porém, quando inserida no meio urbano a paisagem se liga temporalmente à morfologia e a tipologia. Certamente as transformações urbanas ao longo da história trazem novas paisagens a cidade, construídas pelo gosto vigente, em seus diferentes níveis culturais.

O que se propôs por ora neste trabalho foi indicar a questão da paisagem como uma visada complementar e de interligação entre estas três grandes narrativas da arquitetura e do urbanismo, ou em último grau, da arquitetura como elemento paisagístico da cidade, onde o tipo é o objeto de análise inicial.

Retomando a questão da arquitetura jesuítica, pode-se afirmar que chegada dos jesuítas em terras brasileiras para sua missão evangelizadora, em nome da Igreja Católica de Roma, foi acompanhada de uma mudança drástica no sítio físico e na paisagem antes virgem destas terras. Seus edifícios religiosos ao mesmo tempo em que eram templos da fé da religião católica e centros de ensino e catequização, marcaram pela sua implantação, por seus volumes, proporções e relações com o exterior, a paisagem dos primórdios da colonização portuguesa no Brasil. Os edifícios jesuíticos tinham por premissa da Companhia de Jesus, serem implantados em lugares privilegiados quanto a localização, altos o suficiente para a segurança e em destaque do entorno para o domínio sobre o território a sua volta. Por conta disso, foram, por muito tempo, as maiores construções dos primeiros núcleos urbanos brasileiros onde os jesuítas aportaram e edificaram. Esta situação perante o entorno, seja ele natural nos confins das novas terras colonizadas ou edificado nos núcleos urbanos, era ao mesmo tempo de contraste, pela imposição de uma arquitetura, mas, também, de uma contextualização, mesmo que os motivos sejam primordialmente ligados à segurança e a representação do poder católico sobre a terra e sobre os catequizados. Os lugares escolhidos, a forma de implantação e seu entorno eram, de certa forma, parte da tipologia implantada; por isso, pode-se dizer que a paisagem era escolhida e categorizada de acordo com as necessidades daquela tipologia edilícia, que ao mesmo tempo se adaptava a esta mesma paisagem.

Os jesuítas surgem em um momento histórico no qual a expansão da fé católica, principalmente por meios da Contra-Reforma é uma resposta do poder de Roma sobre os destinos dos homens. Mas, ao mesmo tempo, esta jovem ordem de clérigos está conectada com seu tempo, onde, segundo Jellicoe, os jesuítas:

(...) cujo conhecimento do conflito da mente humano era profundo (...) concebiam que o homem poderia ter alguma influência na configuração de seu próprio destino, o que, por certo, supunha um

ruptura fundamental com a teologia medieval (JELLICOE, 1995, p. 164, tradução nossa).

Isso vem de encontro com a forma da Ordem de se impor sobre o território catequizado, por meio de sua arquitetura baseada em uma tipologia centrada no pátio. De consideráveis proporções e volumes edificados para a época, sua arquitetura prática e funcional atendia as necessidades dos clérigos nestas novas terras e, ao mesmo tempo, construía uma morfologia até então não existente naquele lugar e uma nova paisagem, que contrastava, em primeira instância, com seu entorno. Segundo Jellicoe, a arquitetura jesuítica inaugura um novo momento na relação com a paisagem, na medida em que aceitam, abaixo aos dogmas católicos, a “relação do homem com o universo e que todas as coisas estavam em mutação” (JELLICOE, 1995, p. 164, tradução nossa), e que esta nova postura filosófica vai influenciar diretamente as novas arquiteturas religiosas, agora “baseadas na criação de ambientes emotivos que deram respostas a anseios subconscientes por cima dos meramente racionais” (JELLICOE, 1995, p. 164, tradução nossa).

#### **4. DA IGREJA E DO COLÉGIO DE SÃO TIAGO AO PALÁCIO ANCHIETA: UM RETROSPECTO**

A construção do complexo arquitetônico de São Tiago acompanha todo o processo ou rito de implantação deste estabelecimento jesuítico em terras brasileiras. O fato de estar no núcleo urbano – a Vila da Vitória, sede da então Capitania do Espírito Santo - direciona o tipo de construção quanto à sua função educativa e religiosa, no caso, além da igreja com o colégio, havia área reservada para a residência dos párocos.

O lugar escolhido para a edificação acompanhou as orientações jesuíticas por um local elevado e “com vista para o mar, a cavaleiro, no penhasco a sudoeste da ilha, defronte à baía” que circundava a Vila da Vitória, atual cidade de Vitória, resguardando expressões de Carvalho (CARVALHO, 1982, p. 49). Nos termos de Miranda, a localização da edificação definitiva de frente à Baía de Vitória e “estrategicamente posicionado” em relação aos rios Marinho e Santa Maria, oferecia a eles tanto belas vistas, como local de fácil proteção e deslocamento para suas missões ao interior da capitania (MIRANDA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2011, p. 94). O longo processo de construção de todo o complexo de São Tiago incluía, além da igreja e colégio, toda uma área externa a estas edificações, formada pela cerca e seu pomar, um porto particular dos padres e um fortim de proteção que delimitavam o espaço desta Ordem dentro do núcleo urbano da Vila da Vitória, adaptando-se ao longo dos séculos ao próprio crescimento e expansão deste núcleo (Figuras 7 a 14). O primeiro prédio do complexo definitivo a ser construído foi o da igreja, obra concluída em 1573 e dedicada à São Tiago. As partes que fecharam a quadra e definiram o pátio típico foram construídas ao longo de quase dois séculos, concluídas no mesmo ano, coincidindo o fechamento de todo o perímetro da quadra com a expulsão

dos jesuítas do Brasil, em 1759 (ALMEIDA, 2009, p. 507; CARVALHO, 1982, p. 49).

A Vila de Nossa Senhora da Vitória teve um longo e lento desenvolvimento urbano, desde sua fundação no séc. XVI até os finais do séc. XIX. O núcleo inicial surge sobre um platô a sudoeste da ilha, uma das poucas áreas planas presentes em suas costas (SOUZA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 171) (Figura 7).



Figura 7 – Em vermelho, reconstituição da área de implantação original do núcleo urbano da Vila da Vitória, no século XVI, elaborado por Souza (2009). Fonte: SOUZA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 172.

Área de fácil defesa pelo relevo do entorno que formava parte da baía, a cidade desenvolve-se como a maioria das colônias primitivas portuguesas em terras brasileiras, voltadas para o mar e assumindo, conforme Souza, no caso da sede da Capitania do Espírito Santo, uma configuração urbana vernacular lusitana pelas primeiras edificações que se acomodaram ao desenho do relevo, reforçando suas origens (SOUZA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 174):

O assentamento urbano configura um tipo de ocupação tipicamente portuguesa, com seus quarteirões em mosaico irregular. As ruas, estreitas e irregulares, se adaptavam à topografia acidentada e tendem a se organizar a partir de ligações entre os pontos mais importantes, tais como: o colégio e a Matriz, a Casa de Câmara e Cadeia” (MIRANDA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2011, p. 94).

O desenho e implantação das edificações, além da instalação dos primeiros templos católicos na vila, incluindo a igreja e o colégio jesuítico, criaram os primeiros traçados das vias (SOUZA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 171). Estes implantaram no desenho da cidade, um “imaginário religioso, de conquista, de poder, dominação, expressos nas linguagens e proporções da arquitetura e, na disposição dos templos” (SOUZA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 180).

Os mapas esquemáticos a seguir foram extraídos na íntegra de Souza, acrescidos apenas dos círculos em vermelho para destacar a edificação do complexo jesuítico em tela. A referida autora ressalta que os mapas são abstrações intelectuais, portanto expõem de maneira simbólica conjecturas da forma do espaço representado.



Figura 8 – Reconstituição da situação originária da igreja jesuítica de São Tiago, no século XVI, ainda sem a conformação da quadra e pátio, e sua relação com a forma embrionária da Vila da Vitória. Marcados em roxo estão os outros templos religiosos construídos na Vila. Fonte: SOUZA in SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 173.



Figura 9 – Reconstituição da situação da igreja de São Tiago com o crescimento urbano da Vila no séc. XVII. Diferente da representação da edificação de Souza, a quadra da igreja só foi fechada no século seguinte. No detalhe, além da edificação da igreja, estão em verde o limite da cerca de delimitava o complexo e no extremo sul, o fortim em vermelho e o cais dos padres. Fonte: SOUZA in SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 175.



Figura 6 – Já no século XVIII, a quadra (nesta imagem sem preenchimento de cor e ao lado da igreja de São Tiago) se encontrava concluída. Nota-se também a expansão urbana da Vila da Vitória que começa a envolver os limites da cerca do complexo jesuítico de São Tiago. Fonte: SOUZA in SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 188.



Figura 11 – A partir do século XIX, tem-se o crescimento urbano e territorial da Vila da Vitória sobre o restante das áreas planas e das conquistadas sobre o mar por meio de aterros. Em destaque no círculo vermelho, a situação do complexo jesuítico agora inserido dentro da malha irregular urbana da cidade. Importante mencionar que neste estudo de Souza é possível distinguir os períodos de configuração das quadras/lotes situadas na vizinhança da edificação, a saber: quadras/lotes do início século XVI (vermelho); do final do século XVI (laranja); século

XVII (amarelo); século XVIII (azul) e século XIX (verde). Fonte: SOUZA in SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 191.

Nos termos de Souza, a morfologia urbana originária da Vila da Vitória consiste em uma relação entre a constituição de espaços profanos que se fizeram pelos condicionantes locais e espaços sagrados, que em sua própria disposição dentro da vila, marcaram simbolicamente este espaço (SOUZA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 171-180). O complexo jesuítico de São Tiago foi, assim como os demais edifícios religiosos, parte fundamental na orientação e crescimento urbano da vila, tanto no aspecto simbólico como no urbano propriamente dito, sobretudo pela configuração da morfologia do lugar (SOUZA *in* SOUZA e RIBEIRO, 2009, p. 171-180).

A seguir prossegue-se, em sequencia, a partir de cartografia comentada com apontamentos relativos ao complexo jesuítico e seu entorno natural e urbano. Trata-se de base cartográfica de restituição do centro histórico da capital de Vitória durante o século XX, produzida pela Secretaria de Desenvolvimento da Cidade da Prefeitura Municipal de Vitória (SEDEC/PMV) e com registro das edificações históricas de interesse de preservação.



Figura 7 – No começo do séc. XX (1910) observa-se o edifício do complexo jesuítico em relação às áreas de ocupação em expansão. Essa ocupação avança ao norte/nordeste e a leste sobre suas partes planas ou aterradas, acompanhando a curvatura do relevo local formado por grande maciço rochoso, que na ocasião continha ocupações pontuais iniciadas no final do século anterior. Fonte: Acervo SEDEC/PMV.



Figura 8 – A partir de meados de 20 do século passado (1928), o atual centro histórico de Vitória recebe uma série de construções de maior porte, que competem em volume e escala com o complexo jesuítico já modificado arquitetonicamente no começo do mesmo século, transfigurando integralmente as características das suas fachadas coloniais originais. Destaque para presença dos armazéns do Porto de Vitória em área frontal à edificação e do



edifício da Escola Maria Ortiz em lote vizinho, assim como remodelação de vias, largo e praça nas imediações do complexo jesuítico. Fonte: Acervo SEDEC/PMV.



Figura 9 – Apesar da expansão urbana da cidade para outras áreas além do núcleo original, o centro histórico da cidade de Vitória continua a receber novos empreendimentos, em um processo de adensamento que só vai desacelerar na década de 70. As construções na década de 40 do século XX (1946) se aproximam do antigo complexo de São Tiago e atual Palácio Anchieta em tamanho e proporção, contudo o processo de verticalização da área ainda era incipiente. Algumas edificações contemplam implantações que remetem a ocupação nos moldes da quadra jesuítica, com aberturas centrais delimitadas por um pátio central. Fonte: Acervo SEDEC/PMV.

Das características tipológicas apontadas anteriormente que marcaram a arquitetura jesuítica brasileira, têm-se pontos relevantes presentes na edificação do complexo de São Tiago. Desde sua origem, o complexo foi implantado em local elevado em relação à baía de Vitória, tendo sua frente voltada para Leste, ao antigo Largo de Afonso Brás, posteriormente transformada na Praça João Clímaco (ALMEIDA, 2009, p. 507). O platô onde foi erguida São Tiago resumia-se ao próprio edifício da igreja, parte do colégio e ao Largo de Afonso Brás. Em direção à baía de Vitória, o terreno era em declive acentuado, vencido por uma grande escadaria que dava acesso ao seu pequeno porto particular. Os jesuítas, na época de sua construção, tiraram partido desta situação do relevo para a construção de mais um andar na ala Sul, sem que se perdesse o alinhamento superior de todas as fachadas. O declive foi suficiente para que o terceiro pavimento desta ala estivesse no mesmo nível do segundo pavimento das alas restantes, conforme se observa na reconstituição das plantas do Palácio Anchieta, em 1934, de S. Leite, nos termos de Carvalho (1982, p. 162) (Figuras 15 a 17).

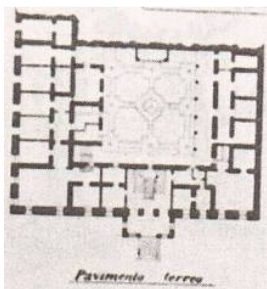


Figura 15 – Planta do térreo, com a entrada do Palácio de frente a Baía de Vitória e em desnível em relação ao antigo prédio da igreja, no quarto superior da quadra. Fonte: Carvalho, 1982, p. 162.

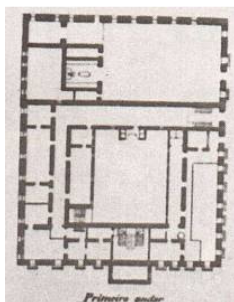


Figura 10 – Planta do primeiro pavimento, com o antigo prédio da igreja incorporado ao restante da edificação, fechando a quadra originária jesuítica. Ao centro, como na figura anterior, o espaço vazio do pátio. Fonte: Carvalho, 1982, p. 162.

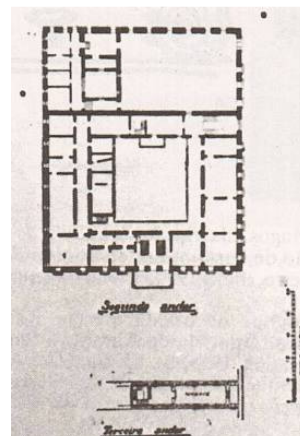


Figura 17 – Planta do segundo pavimento. As modificações no edifício foram muitas ao longo do último século. A reforma de 2007 empreendida pelo Governo Estadual buscou recuperar, a configuração original, senão próxima, do pátio jesuítico. Fonte: Carvalho, 1982, p. 162.

Das edificações jesuíticas capixabas, o complexo construído de São Tiago constituiu um dos poucos exemplares que tiveram sua quadra concluída, mesmo demandando um longo tempo (CARVALHO, 1982, p. 132). A igreja dedicada a São Tiago foi a primeira obra a ser erguida do complexo edifício jesuítico, seguindo a praxe nas construções religiosas jesuíticas. A igreja foi construída no ano de 1573, executada durante cinco meses pelas mãos dos padres e da população local (CARVALHO, 1982, p. 49). A construção da totalidade do complexo construído demandou quase dois séculos, permitindo variedade de funções de seus espaços, durante a permanência dos jesuítas no Brasil: de local dos cultos religiosos dos jesuítas na capital de capitania, centro administrativo e porto de saída e chegada das missões às aldeias capixabas, residência e colégio e, como explica Carvalho, assumindo ainda outras funções, com a construção da terceira ala da quadra que foi acrescida de uma grande enfermaria entre os anos de 1734 a 1742 (CARVALHO, 1982, p. 51).

A planta longitudinal da igreja, que fechava a primeira parte do perímetro em quadra do complexo (concluído somente em 1759), segundo Carvalho, segue a tipologia adotada na maioria das igrejas jesuíticas brasileiras: em “nave única; capela-mor menor e mais estreita do que a nave; e o coro comum a todas”, sendo este último, comumente localizado acima da porta de entrada (CARVALHO, 1982, p. 135).

Carvalho explica que a sequência construtiva seguia a seguinte ordenação após a conclusão da igreja: primeiro a ala anexa à igreja, por meio da primeira

e à vezes, única torre; depois as outras alas iam sendo feitas, a partir das necessidades para as atividades e dormitórios do complexo, e se as condições financeiras e humanas estivessem disponíveis (CARVALHO, 1982, p. 133). Além disso, Carvalho aponta uma característica fundamental da construção em quadra, que foi, pode-se dizer assim, uma marca da praticidade jesuítica no Brasil: “o método de construção por etapas permitia a utilização imediata de toda uma ala, enquanto se fazia a outra, o que facilitava as atividades que os padres desenvolviam” (CARVALHO, 1982, p. 133).

Outra característica tipológica marcante de São Tiago eram suas duas torres. No Espírito Santo, segundo Carvalho, preponderou a construção jesuítica com uma torre (CARVALHO, 1982, p. 139). Em São Tiago, além da tradicional torre de ligação entre o colégio e a igreja, houve a construção posterior de uma segunda torre, a externa, que diferente da primeira, ganhou um caráter de maior requinte de um barroco mais tardio, com sua cobertura “bulbosa” e decoração externa (CARVALHO, 1982, p. 139). Além disso, segundo Carvalho (1982, p. 139), a torre foi acrescida por detrás de um corredor longo integrado a igreja e a quadra, transformando esta última em “uma linha única de contorno, sem saliências ou reentrâncias” (CARVALHO, 1982, p. 139).

A implantação de todo o complexo seguiu orientações jesuíticas por um lugar elevado, protegido e de proximidade de curso d’água. Sua igreja foi construída segundo as técnicas da época das fundações em pedra e cal e paredes de taipa. Sua arquitetura de nave única segue as plantas típicas construídas pelos jesuítas neste primeiro momento de colonização brasileira. Todo o complexo é construído em torno de um pátio, que vai se fechando aos poucos, em quadra, de acordo com a urgência e as condições financeiras da Ordem naquele lugar. O anexo à igreja ganha o *status* de colégio devido a sua importância como lugar das incursões dos padres pelo interior, sua educação voltada à criação de novos missionários e dos filhos dos colonos e ainda, pela sua construção dentro do núcleo urbano da Vila da Vitória, fazendo parte de seu crescimento urbano e direcionando um de seus eixos de crescimento, e por consequência seu desenho e forma.

A igreja e o colégio de São Tiago são partes fundamentais da história urbana da cidade de Vitória. A sua presença até começos do séc. XX - mesmo após ter sido totalmente remodelada - marcou a feição da cidade de Vitória como símbolo de fé e, posteriormente do poder laico do governo dos homens sobre os seus iguais. De palácio-fortaleza dos jesuítas passou a ser o palácio do governo da antiga província e atual Estado do Espírito Santo, mas, mantendo-se a memória dos jesuítas no nome do Padre Anchieta, que alcunha este novo poder para a antiga edificação. Sua posição na região da Cidade Alta, centro histórico da cidade de Vitória, ainda hoje é marcante.

O modo jesuítico de implantar suas edificações foi preponderante para que o antigo complexo de São Tiago se mantivesse presente no sítio físico e no imaginário da população de Vitória. Por séculos, foi o prédio de maior altura e volume da cidade, que se sobressaía no entorno edificado, tanto do ponto de vista do seu sítio (parte insular do município de Vitória) como de quem o olha pela baía ou do continente (no município de Vila Velha).

Sua proximidade com baía de Vitória, a partir de seu pequeno porto, acentuava sua altura, que desde a conclusão completa da quadra, já contava nesta frente de mar, com três pavimentos edificadas, aproveitando-se do declive em direção à baía. A singeleza da arquitetura jesuítica era contraposta a seu volume edificado. Era necessário, como marca da Ordem jesuítica no primeiro século de sua existência e dos pressupostos arquitetônicos ainda datados pelo desígnio renascentista, que o equilíbrio e a harmonia entre as partes e o todo fossem mantidos (PATETTA, 2012, p. 390). O prédio em si, se integra ao sítio de terreno elevado e é realçado pelo conjunto edificado vizinho.

O casario que surge a sua volta não o escondia e nem o poderia, devido a própria cerca jesuítica, que definia o limite territorial de sua posse física e material. Seu pátio somente se fez integralmente a partir dos últimos momentos de permanência dos jesuítas em terras brasileiras. Seu fechamento é característico do tipo jesuítico da quadra:

No térreo, um corredor, contíguo ao pátio a céu aberto, dava acesso às salas de aula, oficinas, cozinha e dependências necessárias ao contato imediato com os habitantes da comunidade, seja indígena, seja branca. No andar superior, um corredor 'avarandado', exatamente por sobre o térreo, servia de acesso às celas onde os jesuítas dormiam, praticavam os exercícios espirituais, se reuniam e mantinham contato consigo mesmo, em busca da elevação espiritual, através da meditação (CARVALHO, 1982, p. 132).

Após a expulsão dos jesuítas de todo o território português, incluindo suas colônias, no ano de 1759, o complexo jesuítico da Vila da Vitória passa para as mãos da Coroa Portuguesa, fica abandonado e somente é ocupado como sede do governo local entre os anos de 1788 e 1796 (CARVALHO, 1982, p. 52). Como sede do governo passa por várias reformas para se adequar aos novos usos, que segundo Carvalho, foram mais internas do que externas e realizadas no prédio do colégio, onde se instalaram as repartições do governo (CARVALHO, 1982, p. 52). A grande e radical transformação do prédio, que mudou definitivamente suas feições jesuíticas, acontece nas primeiras décadas do séc. XX, no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), sob a égide republicana e momento de grandes transformações urbanas na cidade de Vitória, capital do já Estado do Espírito Santo.

Para Carvalho, toda a simplicidade e singeleza da outrora arquitetura jesuítica foi apagada nas novas feições neobarrocas da palheta multiestilística do ecletismo em voga na época (CARVALHO, 1982, p. 52). A disposição em quadra e o seu pátio central, foram os únicos remanescentes da era jesuítica do período colonial.

Situado no que atualmente é conhecido como região da Cidade Alta do centro histórico de Vitória - área do núcleo urbano histórico da capital capixaba - o antigo complexo de São Tiago abriga, após sucessivas transformações e reformas, tanto a sede do Governo do Estado do Espírito Santo como também um dos importantes centros culturais capixabas com espaços reservados para

eventos e exposições artísticas e científicas de cunho nacional e internacional (ALMEIDA, 2009, p. 512)<sup>7</sup>.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalização, cabe breve observação quanto aos aportes teóricos utilizados para o entendimento tipo-morfológico e paisagístico do objeto da pesquisa empírica deste trabalho. A arquiteta e historiadora Marina Waisman distingue o estudo e a inserção da tipologia arquitetônica nas cidades da América Latina. Neste sentido interessa apontar como conclusão a necessidade de relacionar o recorte espaço-temporal proposto para esta pesquisa, o exemplar de edificação jesuítica no Estado do Espírito Santo, existente desde a época da colonização portuguesa originário do séc. XVI e as transformações por que passou ao longo dos séculos como reflexo das vicissitudes da relação entre metrópole e colônia. Esta mesma relação impõe à tipologia certos limites de análise morfológica e cultural, como explica a autora. As análises até o momento compreenderam um espectro eurocêntrico, onde a relação entre tipo e morfologia se processou de forma mais lenta e gradual, do que nos países da América Latina, onde o tecido urbano mais recente, ainda está sob o “impacto que a tipologia causa na morfologia urbana” (WAISMAN, 2013, p. 117). Ou seja, as cidades da América Latina não tem a totalidade de seu espaço urbano ainda consolidado, ao ponto, nos termos de Waisman, do tipo ser exclusivamente influenciado pela morfologia urbana ainda em construção. Contudo, há a possibilidade contrária da tipologia na América Latina ainda possuir “sua capacidade para criar ou para destruir um entorno adequado para a vida urbana” (WAISMAN, 2013, p. 117). Portanto, a análise de Waisman sobre a tipologia na América Latina é exposta de forma mais cautelosa quanto sua relação direta com o entorno ou com a morfologia urbana.

A autora alerta que a análise tipológica depende do “juízo histórico”, ou a forma como a relação entre a tipologia e a morfologia urbana se estabelece no espaço e no tempo, onde as transformações urbanas influenciam ou são influenciadas pelo tipo, em “sua caracterização funcional dentro da cidade” (WAISMAN, 20113, p. 117). Além disso, este juízo possui como fio condutor as “pautas que o observador considerar positivas para o desenvolvimento da cidade em questão” (WAISMAN, 2013, p. 117). Torna-se importante então, entender não somente as relações de origem entre o tipo e a morfologia urbana, mas como essas mesmas foram ao longo do tempo se transformando e influenciando um ao outro. Isto posto, deve-se considerar como ponto fundamental na análise dos tipos trazidos das metrópoles, inseridos e transformados nos núcleos urbanos das colônias, como parte de sua própria construção urbana:

---

<sup>7</sup> A magnitude da presença do Palácio Anchieta atualmente, tanto no âmbito morfológico como paisagístico da região onde se insere, pode ser desvelada por aparato fotográfico que registra 360 graus a partir da área frontal da edificação, conforme disponível na internet por meio do link <http://vitoria360.com.br/escadaria-do-palacio/>.

O fato arquitetônico que, originalmente, impondo seu próprio significado, contribuiu para construir a imagem da cidade, depende em cada momento, no entanto, para a determinação de tal significado, do mutável desenvolvimento da estrutura funcional da cidade (WAISMAN, 2013, p. 117-118).

Portanto, o entendimento do tipo está intrinsecamente ligado a sua relação com a morfologia urbana, independente de sua escala ou origem. O tipo é, principalmente nas cidades latino-americanas, pelos termos de Waisman, o meio de entender sua evolução histórica e urbana, na medida em que se modificam com o próprio modificar funcional da cidade, como explica a autora. Por esta relação, o tipo se estabelece eficazmente, em sua flexibilidade como elemento analítico e metodológico na própria constituição formal e histórica das cidades.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Renata H. (org.). **Patrimônio cultural do Espírito Santo. Arquitetura**. Vitória: SECULT, 2009.

ARAGÃO, Solange de. **O estudo dos tipos – interfaces entre tipologia e morfologia**. Florianópolis, SC: Revista Geosul, v. 21, n. 42, Julho/Dezembro de 2006.

CAPITEL, Antón. **La arquitectura del pátio**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.

CARVALHO, José Antônio. **O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.

COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. Arquitetura religiosa. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-104, 1941.

JELLICOE, Geoffrey e Susan. **El paisaje de hombre. La conformación del entorno desde La prehistoria hasta nuestros días**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A., 1995.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

LEITE, Maria Angela Faggin P.. **A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem**. Revista Paisagem e Ambiente, São Paulo Departamento de projetos – FAUUSP, V. 4, p. 45-66, 1991.

MARTINUZZO, José Antonio. **Palácio Anchieta – Patrimônio Capixaba**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.

MIRANDA, Clara. **A arquitetura e esfera pública. O Palácio Anchieta e o9 sítio fundador de Vitória/ES**. In SOUZA, Luciene Pessotti e RIBEIRO, Nelson

Pôrto. **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2011.

PATETTA, Luciano. **A arquitectura da Companhia de Jesus entre o maneirismo e barroco**. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7549.pdf> (acessado em 27/04/2012).

PEDRO, Livia Carvalho. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Biografia de uma obra**. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SIMMEL, Georg. **La tragédie de la culture et autres essais**. Paris, Editions Rivages, 1988 (Tradução do francês para o português: Vladimir Bartolini, para uso exclusivo na disciplina AUP 5882 Paisagem e Arte – Intervenções Contemporâneas – 2008).

SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). 1º ed. **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: POD editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa**. Rio de Janeiro: CTRL C, 2009.

WAISMAN, Marina. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Este artigo foi publicado nos Anais do **I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira**, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo nos dias 04 a 06 de setembro de 2013.